



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2011

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, por meio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 11, de 23 de março de 2011, publicada no DODF nº 57, de 24 de março de 2011, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, mediante as condições estabelecidas neste Edital, de acordo com o regulamentado pela Lei n.º 10.520/2002, Decreto Federal n.º 5.450/2005, Decretos Distritais nº 25.966/2005, nº 26.851/2006, 22.688/2002 e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/1993 e alterações subseqüentes, observando a Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto Federal nº 7.174/2010 que foi recepcionado pelo Decreto Distrital 32.218/2010, além de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

A Sessão Pública do Pregão Eletrônico será realizada por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET, de acordo com a indicação abaixo:

PROCESSO Nº 020.002.846/2011

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço

DATA DE ABERTURA: 26/10/2011

HORÁRIO: 10h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 926121

I - DO OBJETO

Aquisição e instalação de uma central telefônica PABX IP, com Sistema de Comunicação Unificada, equipada com Portas para ramais Analógicos, ramais IPs, Aparelhos Telefônicos IPs, Troncos Analógicos, Digitais e IPs, Software para Bilhetagem/Tarifação, Sistema de Falta de Energia, Distribuidor Geral de Linhas, Licença para Softphone e material de instalação (incluindo rack 19") e com garantia mínima de 12 (doze) meses, em conformidade com as especificações e condições constantes do termo de referência de que trata o anexo I deste edital.

II – DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pg.df.gov.br ou www.comprasnet.gov.br

2.2. **Até dois dias úteis antes** da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, na forma eletrônica, pelo endereço licitacao@pg.df.gov.br ou www.comprasnet.gov.br

2.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Termo de Referência integrante do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas, e, neste mesmo prazo prestar os esclarecimentos requeridos.

2.4. Acolhida à impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.



III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão:

3.1.1. empresário individual ou sociedade empresária, do ramo de atividade do objeto desta licitação, que atenda a todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos; e

3.1.2. que esteja credenciado perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

3.2. Não poderão participar deste Pregão:

3.2.1. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.2.2. empresário individual ou sociedade empresária, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou termo de referência ou projeto executivo ou o qual ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado

3.2.3. empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como o que esteja punido com suspensão do direito de licitar ou contratar em qualquer esfera da Federação, em qualquer dos Poderes;

3.2.4. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.2.5. empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, concordata, concurso de credores, liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;

3.2.6. consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição e pessoas físicas não empresárias.

3.2.7. empresário individual ou sociedade empresária, que tenha proprietário, administrador, ou sócio com poder de direção que seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da Administração Pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança, na forma prescrita pelo Decreto Distrital. nº 32.751/2011.

3.2.7.1. entende-se por familiar o cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.2.7.2. as vedações deste item estendem-se às relações homoafetivas

3.2.8. direta ou indiretamente o servidor ou dirigente que integre a Administração Direta do Distrito Federal ou responsável pela licitação.

3.2.8.1. considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista do autor do termo de referência ou projeto, pessoa física ou jurídica e do pregoeiro e de sua equipa de apoio com a licitante ou responsável pelo fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

3.2.9. O autor do termo de referência.



IV – DO CREDENCIAMENTO

4. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

4.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a PGDF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

4.4. Caberá a licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

V – DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário, marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas, **devendo declarar em campo próprio no sistema:**

5.1.1. O **valor global ofertado para o item único**, já considerados e inclusos, todos os custos necessários tais como impostos, taxas, tributos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, para entrega no local indicado neste edital, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

5.1.2. A **descrição detalhada da Central Telefônica**, a indicação da **marca e modelo**.

5.1.3. Que **cumpra plenamente** os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste edital.

5.1.4. Que cumpra os requisitos legais para a **qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte** e que está apta a usufruir do tratamento favorecido, nas condições do Estatuto Nacional da ME e da EPP, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do referido artigo, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei. (exigida somente para licitante enquadrada como ME ou EPP)

5.1.5. que **cumpra os requisitos** estabelecidos no art. 5º do **Decreto nº 7.174**, de 2010, caso pretenda exercer o direito de preferência disposto no mencionado Decreto e **disponha da documentação comprobatória** para tal fim, prevista neste edital.

5.2. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

5.3. Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado.

5.4. O preço será fixo e irrevogável.

5.5. A validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da sua apresentação.

5.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou o enquadramento como beneficiário do disposto no art. 5º do Decreto nº 7.174 de 2010, sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

5.7. A licitante deverá obedecer, rigorosamente, aos termos deste Edital e seus Anexos.

5.8. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



- 5.9. Qualquer elemento que possa identificar à licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.
- 5.10. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 5.11. Depois da abertura da sessão não serão admitidas alterações nas propostas apresentadas, ressalvadas apenas a redução do preço proposto e aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.
- 5.12. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1 No dia e horário, indicados no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasnet.gov.br, será realizada a abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro.
- 6.2. Durante a sessão, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.3. Incumbirá a Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 6.4. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

VII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 7.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. Iniciada à fase competitiva, as licitantes que tiveram suas propostas classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico e serão imediatamente informadas do recebimento e do valor consignado no registro de cada lance.
- 8.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 8.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
- 8.4. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 8.6. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível as licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.7. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.
- 8.8. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



8.9. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

IX – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.2. Ultrapassada a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação de empate, assim considerada(s) aquela(s) que seja(m) iguais ou até 5% (cinco por cento) superiore(s) à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.2.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior à da licitante mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, e, se atendidas as exigências deste edital, será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

9.2.2. Não sendo contratada a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que porventura se enquadrem na condição de empate, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.2.3. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.2.4. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

X - DO BENEFÍCIO ÀS FORNECEDORAS DE BENS COM TECNOLOGIA DESENVOLVIDA NO PAÍS OU QUE CUMPREM O PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO

10.1. Por força do que dispõe o [art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991](#) e do Decreto Distrital nº 32.218/2010 que recepcionou o Decreto Federal nº 7.174/2010, será assegurada a preferência na contratação, para fornecedores de bens de informática e automação.

10.2. O exercício para o direito de preferência disposto neste item será concedido depois do encerramento da fase de lances e após, quando for o caso, da etapa automática de convocação das microempresas ou empresas de pequeno porte, de que trata o item IX.

10.3. As licitantes que declararam no sistema, quando do cadastro de suas propostas, que atendem aos requisitos estabelecidos no art. 5º do Decreto nº 7.174, de 2010, serão convocadas a exercerem o seu direito de preferência, observada a **seguinte ordem de classificação**, na forma definida pelo Poder Executivo Federal:

1º - bens com Tecnologia desenvolvida no País e produzido de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB) + Micro e Pequena Empresa;

2º - bens com Tecnologia desenvolvida no País e produzido de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB);

3º - bens com Tecnologia desenvolvida no País + Micro e Pequena Empresa;

4º - bens com Tecnologia desenvolvida no País;

5º - bens produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB) + Micro e Pequena Empresa;

6º - bens produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



10.4. Aplicar-se-ão as regras de preferência previstas neste item com a classificação das licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência.

10.4.1. serão convocadas as licitantes classificadas que estejam enquadradas nas condições previstas **no subitem 10.3 deste Edital**, seguindo a **ordem de classificação**, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarada vencedora do certame.

10.5. caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, será declarada vencedora a licitante detentora da proposta originalmente vencedora do certame.

10.6. Consideram-se bens e serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País aqueles cujo efetivo desenvolvimento local seja comprovado junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, na forma por este regulamentada.

10.7. A comprovação do atendimento ao PPB dos bens de informática e automação ofertados será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto 5.906, de 2006, ou pelo Decreto 6.008, de 2006.

10.7.1. A comprovação será feita:

10.7.1.1. eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; ou

10.7.1.2. por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, mediante solicitação da licitante.

10.8. A licitante deverá encaminhar **juntamente com a proposta e documentação o(s) certificado(s) comprobatório(s)** do atendimento da habilitação para usufruir o benefício da preferência na contratação, para o qual se declarou apta, estabelecido no art. 5º do Decreto nº 7.174, de 2010 e previsto no item 10.3 deste edital.

XI - DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

XII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

12.1. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, contados da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, em arquivo único, ou pelo e-mail licitacao@pg.df.gov.br ou pelo fax-símile nº (61) 3325-8603, a proposta de preços adequada ao último lance ou valor negociado e demais documentos e comprovações solicitados em anexo.

12.1.1. Os originais ou cópias autenticadas da proposta inserida no sistema e da documentação exigida no Edital, deverão ser encaminhados em envelope fechado e identificado o nº do pregão, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no sistema, ao protocolo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, localizada no Setor de Administração Municipal – SAM- Bloco I, térreo, Brasília/DF, Telefone: (61) 3342-1086.

12.1.2. A forma física da **proposta inserida no sistema, a ser encaminhada** no envelope **deverá conter**:

a) **nome da proponente** e de seu representante legal, endereço completo, telefone, números do CNPJ;

b) **preço global para o item único**, em moeda nacional, já considerados e inclusos, todos os custos necessários tais como impostos, taxas, tributos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



sobre o objeto desta licitação, para entrega no local indicado neste edital, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

- c) **as especificações** claras e detalhadas da central telefônica, de forma a demonstrar que atendem as exigidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste edital;
- d) **prazo de validade da proposta** que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação.
- e) **prazo de entrega do equipamento instalado e devidamente programado de até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da respectiva Nota de Empenho, de acordo com o disposto no item 3.1 do Termo de Referência;
- f) **a indicação de uma única marca** para o equipamento cotado.
- g) **garantia do equipamento contra defeito de fabricação, instalação e programação de no mínimo 12 (doze) meses**, de acordo com o disposto no item 10 do Termo de Referência.
- h) **declaração de que cumpre** plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste edital.
- i) **prospecto ou catálogo**, em língua portuguesa, de acordo a especificação apresentada na proposta e que possibilite(m) a avaliação técnica do objeto ofertado de forma a demonstrar que atende a especificação solicitada no Termo de Referência deste edital.

12.1.2.1. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta e não constar o registro de prazos divergentes dos estabelecidos, eles serão considerados como aceitos pela licitante, ficando esta obrigada ao cumprimento dos mesmos.

12.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e documentação solicitadas, terá sua proposta desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.3. **O Pregoeiro examinará a proposta** mais bem classificada **quanto à compatibilidade** do preço ofertado **com o valor estimado, à conformidade com as especificações técnicas** do objeto licitado e **com os requisitos** estabelecidos neste edital e seus anexos, devendo ser desclassificada de forma motivada a que estiver em desacordo.

12.3.1. Para o julgamento e classificação das propostas, será adotado **o critério de menor preço global do item único**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições estabelecidas neste Edital.

12.3.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da PGDF ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

12.3.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.3.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.3.5. Será desclassificada a proposta que contenha preço manifestamente inexequível, assim considerado aquele que seja inferior ao custo de produção, acrescido dos encargos legais, desde que a licitante, depois de convocada, não tenha demonstrado a exequibilidade do preço ofertado.

12.3.6. Será desclassificada a proposta que contenha preço excessivo, assim considerado aquele que for superior ao estimado pela Administração constante deste edital/anexos.

XIII - DA HABILITAÇÃO

13.1. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO:

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”
Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF
Telefone: (0XX)-61-3342-1086.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



13.1.1 Habilitação Jurídica

- a) Registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.1.2. Regularidade Fiscal

- a) Prova de **regularidade para com as Fazendas** Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante.
- b) Prova de **regularidade com a Fazenda Federal** por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- c) para **as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal**, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br. (inteligência do art. 173, da LODF)
- d) Certidão de regularidade de débitos Relativos às **Contribuições Previdenciárias** e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- e) Certificado de Regularidade perante o **FGTS**, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

13.1.3. Qualificação Técnica:

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu equipamento com características semelhantes, compatível com o objeto desta licitação.
- b) Declaração do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento do objeto da licitação. Local para a vistoria: Serviços Gerais-SESEG/ PGDF, Setor de Administração Municipal – SAM- Bloco I, térreo, Brasília/DF, Telefone: (61) 3325-3305.
- c) Comprovação da licitante de possuir em seu quadro profissional, na data prevista para abertura da sessão pública, profissional de nível superior Engenheiro Elétrico ou técnico de nível médio em eletrônica ou telecomunicações registrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) de sua jurisdição, que deverá ser o Responsável Técnico pela instalação e programação da central telefônica.
 - c.1) A comprovação do vínculo do profissional com a licitante poderá ser por meio de contrato de trabalho ou carteira de trabalho (CTPS) ou GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) ou Certidão de Registro da licitante junto ao CREA e no caso de proprietário ou sócio da empresa, o registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
- d) Certificado de Homologação da Central Telefônica ofertada, expedido pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, de acordo com a Resolução 242/2000.

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”
Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF
Telefone: (0XX)-61-3342-1086.



13.1.4. Qualificação Econômico-Financeira

a) **Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial** (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

b) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.1) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b.2) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

b.3) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item cotado constante do Anexo I.

13.1.5. Outros Documentos:

Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:

a) Não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (conforme inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93), a ser declarada também no sistema quando do lançamento da proposta.

13.1.5.1. Havendo superveniência de fato impeditivo à participação do certame, fica a licitante obrigada a declará-lo, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.2. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

13.2.1.A licitante habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF **ficará isenta** de apresentar os documentos relacionados referentes à **habilitação jurídica** (item 13.1.1), **regularidade fiscal** (item 13.1.2 com **exceção** da alínea “c”) e **qualificação econômico-financeira** (item 13.1.4 no que se refere a alínea “b” somente se possuir índices de LG e LC e SG superiores a 1 um).

13.2.1.1. A licitante **com sede ou domicílio fora do Distrito Federal**, deverá apresentar a certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br. (inteligência do art. 173, da LODF)

13.2.1.2. As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices de LG e LC e SG, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item cotado constante do Anexo I.

13.2.2.A comprovação da habilitação parcial no SICAF dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, através de consulta on line ao sistema, opção "Situação do Fornecedor" e outras opções de consultas disponíveis, quando do julgamento da habilitação, ocasião que será impressa a respectiva Declaração de "Situação do Fornecedor", sendo a mesma rubricada pelo Pregoeiro.

13.2.3.É assegurado à licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de encaminhar a documentação em plena validade, juntamente com a documentação não contemplada no SICAF prevista neste Edital.

13.2.4.Os **documentos exigidos para a habilitação** que não estiverem contemplados no SICAF ou das licitantes que não optarem pelo cadastramento do SICAF ou com cadastro desatualizado, **deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços** conforme previsto no item 11.1, ajustada ao valor do lance dado ou negociado e demais documentos e comprovações a serem anexados à proposta, no prazo de 02 (duas) horas contados a partir da solicitação Pregoeiro no Sistema Eletrônico, em arquivo único, por meio da opção "Enviar Anexo" do Sistema Comprasnet ou por e-mail licitacao@pg.df.gov.br ou pelo fax-símile nº (61) 3325-8603.

13.2.4.1.Os originais ou cópias autenticadas deverão ser enviados, em envelope fechado e identificado o nº do pregão, **no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da declaração dos vencedores no sistema**, ao protocolo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, localizada no Setor de Administração Municipal – SAM- Bloco I, térreo, Brasília/DF, Telefone: (61) 3342-1086.

13.2.5.O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões se necessário, para verificar as condições de habilitação das licitantes, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

13.2.6 Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, que apresentar a comprovação de regularidade fiscal com alguma restrição, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

13.2.7.A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.2.8.Os documentos necessários para a habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro ou por membro da equipe de apoio ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou pela Internet, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

13.2.9 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e devidamente consularizados.

13.2.10.Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos neste Edital e seus anexos.

13.2.11.os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

13.2.12.todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados tanto em nome da matriz e/ou em nome da filial.

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”
Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF
Telefone: (0XX)-61-3342-1086.



13.2.13. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo Órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto os documentos que se destinam a comprovação da qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

13.2.14. O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

13.2.15. A não apresentação dos documentos exigidos neste edital implicará em inabilitação da licitante, salvo se houver a possibilidade de consulta via internet durante o julgamento da habilitação pelo Pregoeiro.

13.2.16. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a licitante será inabilitada.

13.2.17. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.2.18. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

XIV – DO RECURSO

14. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 30 minutos.

14.1. A licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

14.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto a licitante declarada vencedora.

14.3. O recurso não acolhido pelo Pregoeiro será apreciado e decidido pela autoridade superior.

14.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na PGDF/DAG, situada no Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF 2º andar, 204, no horário de 09h as 12h e das 14h as 18h.

XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

15.2. A homologação deste Pregão compete ao Diretor de Administração-Geral da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

15.3. O objeto deste Pregão será adjudicado **por menor preço para o item único**, à licitante vencedora.

XVI – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

16.1. Depois de homologada a licitação, será convocada a licitante vencedora para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



16.2.O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo PGDF, de acordo com o § 1º do art. 64 da Lei nº 8.666/93.

16.3.Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, será exigida da licitante vencedora a prestação de garantia no ato da assinatura do instrumento contratual no valor correspondente a 2% (dois por cento) do montante do contrato, mediante uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida ativa, seguro garantia ou fiança bancária.

16.4.Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato.

16.5. Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital referida no subitem 16.4 ou injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou receber a Nota de Empenho, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.6.Farão parte integrante do contrato este Edital, seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

16.7. O contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no Art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

16.8. O contrato poderá ser rescindido, conforme as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

16.9. No caso da assinatura do contrato, incumbirá à contratante providenciar a publicação resumida do instrumento do contrato e de seus eventuais termos aditivos, no Diário Oficial do Distrito Federal.

16.10. O contrato será irrevogável, considerando que se trata de aquisição de bens com entrega imediata.

16.11.A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **poderá subcontratar parte do objeto, qual seja, os serviços de instalação da central telefônica**, de acordo com o disposto no item 16.8.6 do Termo de Referência.

XVII – DA VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.1.O contrato terá vigência **80 (oitenta) dias**, a contar de sua assinatura, com eficácia a partir de sua publicação, **perdurando as obrigações decorrentes da garantia** até o término da mesma especificada em **Termo de Garantia anexo ao contrato**.

XVIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Independentemente de transcrição na proposta, sujeitar-se às demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

18.2. Cumprir todas as especificações, prazo de entrega, obrigações e cláusulas estabelecidas neste edital e seus anexos.

18.3. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado;

18.4. Substituir o material/equipamento, a juízo da comissão de recebimento, que não for considerado de acordo com a especificação solicitada no edital e contida na proposta ou apresentar qualquer defeito, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.

18.5. Comprovação, quando da assinatura do contrato, da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa (**inciso III do art. 3º do Decreto Federal nº 7.174/2010 que foi recepcionado pelo Decreto Distrital 32.218/2010**)



XIX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 19.1. Designar Comissão responsável pelo recebimento do equipamento a ser fornecido.
- 19.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;
- 19.3. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades que porventura sejam observadas no material/equipamento fornecido;
- 19.4. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar o material Objeto Contratado.

XX – DO RECEBIMENTO

- 20.1 O objeto desta licitação será recebido, por Comissão designada pela autoridade competente, mediante recibo, da seguinte forma:
- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e
 - b) definitivamente, após a verificação da sua conformidade com as especificações e requisitos contidos na proposta e previstos neste edital e consequente aceitação, de acordo com o **item 15** do Termo de Referência.
- 20.2. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;
- 20.3. Se a licitante vencedora deixar de entregar, instalar e programar o equipamento, dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Edital.

XXI – DO PAGAMENTO

- 21.1. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:
- 21.1.1. Certidão de regularidade de débitos Relativos às **Contribuições Previdenciárias** e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Decreto Federal nº 6.106/2007);
(Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;
 - 21.1.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
 - 21.1.3. **Certidão de Regularidade** com a Fazenda do Distrito Federal.
- 21.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 21.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do INPC.
- 21.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- 21.5. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



corrente e da agência em que desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF n.º 35, pág. 3, de 18/02/2011.

21.6. Será efetuada a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, prevista na Instrução Normativa SRF n.º 480/2004, alterada pela IN n.º 539/2005.

21.7. A retenção dos tributos não será efetuada caso a licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o ele é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte –SIMPLES.

21.8. O pagamento dar-se-á mediante emissão de Ordem Bancária – OB, junto ao Banco de Brasília S.A., em Brasília-DF, ou tratando-se de empresa de outro Estado que não tenha filial ou representação no Distrito Federal, junto ao banco indicado, conforme Decreto n.º 18.126/97, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de apresentação pela Contratada da documentação fiscal correspondente e após o atestado da fiscalização da PGDF.

21.9. Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente devolvidos à Contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação.

21.10. Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

21.11. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

XXII – DAS SANÇÕES

22.1 - Das Espécies

22.1.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, ficam sujeitas às **sanções** estabelecidas no Decreto n.º 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF n.º 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos n.ºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006, **a seguir relacionadas, com exceção das obrigações concernentes a garantia do equipamento** (central telefônica), que exigem penalidades específicas, e neste caso, serão aplicadas as sanções previstas na Tabela contida no item 11.5 do Termo de Referência, com fundamento na ressalva prevista no art. 12 do Decreto n.º 26.851/2006:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”
Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF
Telefone: (0XX)-61-3342-1086.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.1.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.2. Da Advertência

21.2.1.A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido pelo ordenador de despesas desta PGDF:

I - quando ocorrer o descumprimento da obrigação no âmbito do procedimento licitatório; e

II - se ocorrer o descumprimento da obrigação na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

22.3. Da Multa

22.3.1.A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas desta PGDF, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

22.3.2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3o do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, quando for o caso;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

22.3.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

22.3.4.O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

22.3.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.



22.3.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 22.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

22.3.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 22.3.1.

22.3.8. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 22.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

22.4. Da Suspensão

22.4.1. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração e será imposta pelo ordenador de despesas desta PGDF, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

22.4.2. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

22.4.3. O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

22.5. Da Declaração de Inidoneidade

22.5.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

22.5.2. A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

22.5.3. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

22.6 - Das Demais Penalidades

22.6.1 - As sanções previstas nos subitens 22.4 e 22.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

22.7 - Do Direito de Defesa

22.7.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

22.7.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

22.7.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

22.7.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

22.7.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.comprasnet.gov.br.

22.7.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 22.2 e 22.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

22.8 - Do Assentamento em Registros

22.8.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

22.8.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

22.9 - Da Sujeição a Perdas e Danos

22.9.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

22.10 – Disposição Complementar

8.10.1 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

XXIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1.A PGDF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.1.1. A anulação do pregão induz à do contrato.

23.1.2.As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



23.2.É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desde Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.3.No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação. (§3º do art. 26 do Dec. nº 5.450/2005)

23.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PGDF.

23.5. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. (Parágrafo único do art. 5º do Dec. nº 5.450/2005)

23.7. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei n.º 8.666/93, art.65, §§ 1º, 2º).

23.8. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do PGDF.

23.9. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital, será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro.

23.10. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo Pregoeiro, por meio do Telefone: (61) 3342-1086.

Brasília, 10 de outubro de 2011.

Bárbara Hamú
Pregoeira



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

GRUPO - 449052 – EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES

1. DO OBJETO

Item Único

Este Termo de Referência tem por objetivo a aquisição e instalação de uma central telefônica PABX IP, com Sistema de Comunicação Unificada, equipada com Portas para ramais Analógicos, ramais IPs, Aparelhos Telefônicos IPs, Troncos Analógicos, Digitais e IPs, Software para Bilhetagem/Tarifação, Sistema de Falta de Energia, Distribuidor Geral de Linhas, Licença para Softphone e material de instalação (incluindo rack 19”) e com garantia mínima de 12 (doze) meses.

2. DA JUSTIFICATIVA

Conforme determina a Lei 8.666/96 em seu artigo 57, justifica-se a licitação para aquisição de central telefônica, observando a necessidade preeminente da adoção da solução mais vantajosa para a Administração Pública e também a aquisição de uma solução de voz integrada, moderna e de qualidade para substituir a atual solução em uso, que se encontra obsoleta, não atendendo às exigências atuais desta Procuradoria no tocante a comunicação e gerenciamento das ligações telefônicas.

Pretende-se através desta solução, melhorar os canais de comunicação no âmbito interno e externo, gerenciar as chamadas telefônicas por ramais, sistematizar as ligações interurbanas e apresentar redução de custo nas contas telefônicas da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

3. DOS PRAZOS

3.1 Entrega dos Equipamentos

3.1.1 A **entrega dos equipamentos instalados** e devidamente **programados** pela CONTRATADA deverá ocorrer **em até 30 (trinta) dias** contados a partir da emissão da Nota de Empenho.

4. DIMENSIONAMENTO BÁSICO

4.1 Dimensionamentos da Aquisição e Custos Estimados

4.1.2 A CONTRATADA deverá fornecer a Central Telefônica PABX – IP instalada, doravante chamada de Central, equipada com a seguinte configuração mínima:

150 Portas para Ramais Analógicos; 50 Portas para Ramais IPs; 50 Troncos Ips; 60 Portas para Troncos Digitais Bidirecionais DDR (2 feixes digitais E1 x 30 canais); 08 Troncos Analógicos (configuração mínima); 01 Sistema de Comunicação Unificada para 50 Ramais IPs; 12 Aparelhos Telefônicos IPs tipo I (conforme descrito no item 5 - especificações); 38 Aparelhos Telefônicos IPs tipo II (conforme descrito no item 5 - especificações); 10 Licenças para Softphone; Bloqueio para Ligações Locais Móveis, DDD e DDI; 01 Sistema de Tarifação e Bilhetagem;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



Sistema de Falta de Energia – No-Break; Distribuidor Geral de Linhas; Material de Instalação (incluindo rack 19”);

4.1.3 Todos os equipamentos especificados neste Termo de Referência terão **garantia** contra danos, quebras, falhas ou mau funcionamento, pelo **período mínimo de 12 (doze) meses**;

4.1.4 **As especificações técnicas detalhadas** neste termo de referência **são mínimas**, podendo ser ofertados equipamentos com especificações iguais ou superiores; e

4.1.5 O **valor global estimado** para esta licitação é de **R\$ 186.558,41 (cento e oitenta e seis mil quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e um centavos)**.

5. DAS CONDIÇÕES DO EQUIPAMENTO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CENTRAL

5.1 Das condições do equipamento

5.1.1 Deverá ser necessariamente nova de primeira utilização, não será aceito equipamento recondicionado. Deve ainda pertencer a última versão lançada comercialmente pelo fabricante, estar devidamente embalada e ser entregue juntamente com os acessórios necessários à sua montagem;

5.1.2 Deverá ser fornecida na capacidade igual ou superior a configuração estabelecida neste Termo de Referência; e

5.1.3 Deverá possuir capacidade de expansão para até 180 (cento e oitenta) portas para troncos bidirecionais DDR (6 feixes digitais E1 x 30 canais), sem a substituição do hardware principal e somente com a adição de módulos e placas.

5.2 Das Especificações Técnicas da Central

5.2.1 A central tem que apresentar arquitetura modular de forma que não haja bloqueio na comunicação dos diferentes módulos.

5.2.2 A arquitetura, necessariamente modular dos equipamentos deverá observar o que se segue:

5.2.2.1. A eventual inserção de um módulo em um "slot" que não lhe seja o correspondente não deverá causar danos àqueles componentes ou à central;

5.2.2.2. A central tem que suportar gerenciamento e administração através de terminais locais e de forma centralizada utilizando-se acessos discados e a rede LAN/WAN;

5.2.2.3. A central telefônica deverá permitir a facilidade DDR, sem o uso de "hardware" externo adicional;

5.2.2.4. A capacidade ofertada deve ser no mínimo igual à solicitada no presente instrumento, devendo ainda possuir capacidade de expansão conforme lei 8.666 para até 25% se tratando de portas de telefonia (ramais + troncos digitais, analógicos e IP's), por meio de acréscimo de gabinetes, bastidores, módulos e cartões, não sendo permitida ampliação com a substituição dos equipamentos inicialmente fornecidos e instalados;

5.2.2.5 A CPCT e o CPA-T devem garantir sigilo absoluto nas comunicações através de seus circuitos;

5.2.2.6 A interface de ramal analógico (a/b) deverá permitir a utilização de telefone analógico padrão, através da seleção DTMF e do pulso de seleção, incluindo fax do grupo 3, secretárias eletrônicas, telefones sem fio, telefones de entrada e correio de voz;

5.2.2.7 A CPCT e o CPA-T deverão ter implementado a características de seleção e acesso a Rota de Menor Custo. Entende-se por Rota de Menor Custo a capacidade do sistema de permitir / bloquear o acesso de cada usuário às rotas principais / alternativas, bem como estabelecer prioridade de ocupação de rotas;

5.2.2.8 Tal prioridade / permissão de acesso pode variar de usuário para usuário e também modificar-se ao longo

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”
Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF
Telefone: (0XX)-61-3342-1086.



do dia, ou da semana;

5.2.2.9 O equipamento deverá possuir uma porta padrão Ethernet (10 base T - endereçamento IP), que possibilite o acesso e integração do comando desse sistema a uma rede local;

5.2.2.10. Possuir, no mínimo, 15 categorias para ramais diferentes para acesso a facilidades de voz e de dados;

5.2.2.11. Deverá suportar dividir a central em até 3 grupos distintos de troncos, ramais e facilidades, como se fossem 3 centrais independentes compartilhando a mesma central telefônica;

5.2.2.12 Deverá possuir utilização de troncos analógicos bidirecionais (troncos executivos) com numeração diferenciada, de modo que, chamadas dirigidas a eles sejam automaticamente encaminhadas a ramais específicos;

5.2.2.13 Deverá formar grupos de atendimento com as seguintes características:

- Marcação de logon;
- Marcação de logoff;
- Ausência do atendedor;
- Busca cíclica;
- Busca linear;
- Busca estatística;
- Intercalação;
- Monitoração de chamadas;
- Relatórios estatísticos;
- Relatórios de tráfego; e
- Mensagens em broadcast.

5.2.2.14 Deverá possuir as seguintes facilidades de telefonia:

- Retenção;
- Estacionamento;
- Consulta pendular;
- Transferência antes do atendimento;
- Transferência depois do atendimento;
- Conferência;
- Música em espera;
- Anúncios;
- Consulta;
- Rechamada;
- Intercalação;
- Toques distintos entre chamadas internas e externas;
- Desvio de chamadas;



- Mensagem discreta;
- Chamada em espera / sinalização de chamada em espera;
- Desvio em caso de não atendimento;
- Desvio em caso de ocupado;
- Grupo de chamadas;
- Grupo consecutivo;
- Rediscagem do último número;
- Monitoração silenciosa;
- Não perturbe; e
- Chamada silenciosa.
- Lista de chamadas perdidas;
- Grupo de captura;
- Captura de chamadas direcionadas;
- Identificação do número de A;
- Rejeição de chamadas;
- Transmissão de DTMF;
- Bloqueio individual;
- Mudança automática de classe de serviço;
- Hotline / Warmline;
- Código pessoal / PIN móvel, mantendo a tarifação e categoria do ramal;
- Agenda individual para chamadas locais, nacionais ou internacionais para até 10 (dez) assinantes, pela seleção de até 6 dígitos;
- Agenda central com até 1000 destinos;
- Informações apresentadas no display dos terminais em português; e
- Suporte para o envio de mensagens via display de telefones.

5.2.2.15 Deverá possuir as seguintes funcionalidades através do software de administração:

- Configuração dos ramais, classes de serviço, rotas de menor custo e números da agenda central;
- Programação das teclas de todos os ramais digitais do sistema;
- Atualização de software;
- Leitura da configuração atual do sistema, com opção de armazenamento local;
- Configuração e alteração de parâmetros em modo off-line;
- Reinicialização / reset do sistema;
- Exibição do estado atual de ocupação das linhas com indicação de qual ramal está ocupando a linha; e
- Exibição da ocupação dos slots da central, assim como quais módulos estão associados a cada slot.



5.2.2.20 Deverá possuir gerenciamento de falhas via rede TCP/IP, através de SNMP, sem necessidade de acréscimo de módulos ou softwares / equipamentos externos;

5.2.2.21 A central telefônica deve permitir conferência de, no mínimo, 5 participantes por evento;

5.2.2.22 A central telefônica deve permitir o bloqueio de ligações a cobrar dependendo da categoria à qual o ramal pertença. A implementação da facilidade deverá ser por programação da central, sem o uso de "hardware" adicional;

5.2.2.23 Deverá possuir recurso de memorização do último Número chamado, com possibilidade de programação de teclas nos aparelhos analógicos e digitais para rediscagem do último número externo chamado;

5.2.2.24 Quando um usuário possuir telefone com "display", as informações apresentadas no mesmo devem ser obrigatoriamente em língua portuguesa;

5.2.2.25 Deverá suportar conexão de múltiplas centrais através do protocolo TCP/IP, compartilhando a infraestrutura de transmissão de dados, sem necessidade de hardware específico para protocolos de voz (como E1, E&M, ISDN, FXS ou FXO) nos roteadores;

5.2.2.26 Deverá suportar plano de numeração aberto ou fechado;

5.2.2.27 Deverá suportar os codecs: G.711, G.723 e G.729; e

5.2.2.28 Deverá suportar roteamento para a rede pública de telefonia em caso de congestionamento ou queda na rede WAN.

5.2.2.16 Deverá possuir as seguintes facilidades para rede:

- Nome e número do assinante A;
- Rechamada em caso de não atendimento ou em caso de ocupado;
- DDR (acesso direto ao ramal desejado);
- Distinção de toque (interna/externa);
- Inibição de número e nome do assinante A nos telefones com display;
- Atendimento centralizado;
- Bilhetagem e tarifação centralizada;
- Rota de menor custo (na rede privada e para acesso às linhas externas); e
- Desconexão dos canais B em caso das chamadas voltarem para o PABX.

5.2.2.17 O tráfego do payload peer-to-peer deverá ser diretamente entre os usuários IP ou entre os gateways.

5.3 Sistemas de Comunicações Unificadas (UC)

5.3.1 As funcionalidades abaixo deverão estar disponíveis para os usuários em tempo real e deverá aparecer na tela do microcomputador interligado com o seu respectivo ramal:

- Deverá possuir status de presença de usuário;
- Deverá possuir controle de conferências;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



- Deverá possuir acesso a diretórios (LDAP, agenda pessoal e agenda central);
- Deverá possuir lista de contatos favoritos;
- **Deverá possuir gerenciamento de chamadas com:**
 - Histórico de chamadas (entrada, saída, perdidas e atendidas);
 - Encaminhamento inteligente para o dispositivo do usuário como fax, e-mail ou voice-mail;
- Deverá possuir identificação de chamadas;
- Deverá possuir mensagens unificadas (voz, fax e e-mail) através do computador;
- Deverá suportar realizar chamadas a partir de qualquer sistema operacional Windows;
- Deverá possuir número único de serviço com base no status de presença;
- Deverá possuir serviço de siga-me;
- Deverá possuir notificações pessoais com alertas através de caixa postal via e-mail;
- Deverá possuir alerta de chamadas (screen pop);
- Deverá possuir atendedor automático personalizado individualmente;
- Deverá possuir gravação de chamadas e conferências;
- Deverá possuir mensagens instantâneas (IM);
- Deverá possuir acesso as funções de telefonia através do dispositivo móvel com protocolo SIP;
- Deverá suportar atualização do status de presença através de qualquer telefone;
- Deverá suportar voz e dados em WLAN; e
- Deverá suportar VPN.

5.3.2 Deverá suportar os seguintes padrões e protocolos:

- RFC 768 UDP;
- RFC 791 IP;
- RFC 792 ICMP;
- RFC 793 TCP;
- RFC 826 ARP;
- RFC 894 Ethernet II Encapsulation;
- RFC 959 FTP;
- RFC 1213 SNMP MIB-II;
- RFC 1305 NTPv3;
- RFC 1332 The PPP Internet ProtocolControlProtocol (IPCP);
- RFC 1334 PPP AuthenticationProtocols;
- RFC 1349 Type of Service in the IP Suite;
- RFC 1618 PPP over ISDN;
- RFC 1661 The Point-to-Point Protocol (PPP);

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”
Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF
Telefone: (0XX)-61-3342-1086.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



- RFC 1877 PPP Internet ProtocolControlProtocol;
- RFC 1918 IP Addressing;
- RFC 1951 DEFLAT;
- RFC 1990 The PPP Multilink Protocol (MP);
- RFC 1994 PPP Challenge Handshake Authentication Protocol (CHAP);
- RFC 2131 DHCP;
- RFC 2198 RTP Payload for Redundant Audio Data;
- RFC 2327 SDP Session Description Protocol;
- RFC 2401 Security Architecture for IP;
- RFC 2402 AH - IP Authentication Header;
- RFC 2403 IPsecAuthentication - MD5;
- RFC 2404 IPsecAuthentication - SHA-1;
- RFC 2405 IPsecEncryption – DES;
- RFC 2406 ESP - IPsecencryption;
- RFC 2407 IPsec DOI;
- RFC 2408 ISAKMP;
- RFC 2409 IKE;
- RFC 2410 IPsecencryption;
- RFC 2411 IP Security Document;
- RFC 2475 An Architecture for Differentiated Services;
- RFC 2516 A Method for Transmitting PPP Over Ethernet (PPPoE);
- RFC 2597 Assured Forwarding PHB Group;
- RFC 2617 HTTP Authentication: Basic and Digest Access Authentication;
- RFC 2663 NAT;
- RFC 2782 DNS RR for specifying the location of services (DNS SRV);
- RFC 2822 Internet Message Format;
- RFC 2833 RTP Payload for DTMF Digits, Telephony Tones and Telephony Signals;
- RFC 3246 An Expedited Forwarding PHB (Per-Hop Behavior);
- RFC 3261 SIP Session Initiation Protocol;
- RFC 3262 Provisional Response Acknowledgement (PRACK) Early Media;
- RFC 3263 SIP Locating Servers;
- RFC 3264 An Offer/Answer Model with the Session Description Protocol;
- RFC 3310 HTTP DigestAuthentication;
- RFC 3311 Session Initiation Protocol (SIP)UPDATE Method;
- RFC 3323 A Privacy Mechanism for the Session Initiation Protocol (SIP);
- RFC 3325 Private Extensions to the Session Initiation Protocol (SIP) for Asserted Identity within Trusted Networks;



- RFC 3326 The Reason Header Field for the Session Initiation Protocol (SIP);
- RFC 3489 STUN - Simple Traversal of User Datagram Protocol (UDP) Through Network Address Translators (NATs);
- RFC 3515 The Session Initiation Protocol (SIP) Refer Method;
- RFC 3544 IP Header Compression over PPP;
- RFC 3550 RTP: Transport Protocol for Real-Time Applications;
- RFC 3551 RTP Profile for Audio and Video Conferences with Minimal Control;
- RFC 3581 An Extension to the Session Initiation Protocol (SIP) for Symmetric Response Routing;
- RFC 3891 The Session Initiation Protocol (SIP) Replaces Header;
- IEEE 802.1Q Virtual LANs;
- IEEE 802.2 Logical Link Control;
- IEEE 802.3u 100BASE-T;
- IEEE 802.3X Full Duplex Operation;
- IEEE 802.1p PriorityTagging;
- Codec G.711; e
- Codec G.729.

6. Tarifador / bilhetador

6.1 A CONTRATADA deverá prover o Sistema para atendimento das especificações do Tarifador. A Contratada deverá fornecer e instalar a solução proposta nos equipamentos (servidores, monitores, mouse e teclado);

6.2 O Sistema deve possuir as facilidades de bilhetagem e tarifação de ligações entrantes e saíntes;

6.3 O Sistema deverá permitir que sejam cadastrados filtros para selecionar ligações que obedeçam a vários critérios (Data, Custo, Número discado, Ramal, Lista telefônica, Tronco etc). Estes filtros deverão poder ser aplicados a todos os relatórios e exportação de dados; e

6.4 O Sistema deverá permitir cadastrar os números discados em uma lista telefônica, indicando nos relatórios além do nome da empresa chamada se a ligação é particular ou a negócios.

7. Terminais Telefônicos

7.1 Aparelho telefônico IP tipo I deverá:

7.1.1 Possuir display de cristal líquido colorido com iluminação, com resolução mínima de 480 x 272 pixels, e capacidade de visualização de no mínimo 06 linhas.

7.1.2 Possuir as seguintes teclas de facilidades fixas:



- “Viva-voz” que permite realizar e receber chamadas com o monofone no gancho;
- Controle de volume e tom da campainha;
- Tecla Mute;
- Tecla de acesso ao menu de funções do aparelho;
- Tecla para atendimento pelo fone de cabeça;
- Tecla para acesso às mensagens do correio de voz;
- Tecla para desconexão de chamadas; e
- Tecla para encaminhamento de chamadas.

7.1.3 Possuir no mínimo 6 teclas físicas programáveis;

7.1.4 Possuir teclas de navegação, para acesso às funções do menu do aparelho;

7.1.5 Possuir agenda interna com suporte para 1000 registros;

7.1.6 Possuir switch interno com 2 portas, para ligação fast ethernet, e que permitam a separação de vlan's;

7.1.7 Possuir suporte aos codecs G.711, G.729ab e G.722;

7.1.8 Possuir suporte a mecanismos de provisionamento em massa (Mass Deployment);

7.1.9 Possuir suporte ao protocolo SIP, com possibilidade de atualização para o mesmo via firmware;

7.1.10 Possuir suporte a Alta-voz e Viva-voz full duplex;

7.1.11 Possuir entrada para headset;

7.1.12 Possuir suporte a XML;

7.1.13 Suportar a alimentação por PoE (Power over Ethernet) padrão 802.3af, assim como por fonte de alimentação externa;

7.1.14 Suportar criptografia de mídia e sinalização;

7.1.15 Deverá ser fornecido com fonte de alimentação 110/220 V.

7.2 Aparelho telefônico IP tipo II deverá:

7.2.1 Possuir display de cristal líquido, com resolução mínima de 200 x 40 pixels, e capacidade de visualização mínima de 2 linhas e 24 caracteres;

7.2.2 Possuir as seguintes teclas de facilidades fixas:

- “Viva-voz” que permite realizar e receber chamadas com o monofone no gancho;
- Controle de volume e tom da campainha;
- Mute;
- Tecla de acesso ao menu de funções do aparelho;
- Possuir no mínimo 6 teclas físicas de funções;
- Possuir teclas de navegação, para acesso às funções do menu do aparelho;



- 7.2.3 Possuir switch interno com 2 portas, para ligação fast ethernet , e que permitam a separação de VLANs;
- 7.2.4 Suportar os codecs G.711,G.729ab e G.722;
- 7.2.5 Suportar a mecanismos de provisionamento em massa (Mass Deployment);
- 7.2.6 Suportar ao protocolo SIP, com possibilidade de atualização para o mesmo via firmware;
- 7.2.7 Suportar Alta-voz e Viva-voz;
- 7.2.8 Suportar alimentação por PoE (Power over Ethernet) padrão 802.3af, assim como por fonte de alimentação externa;
- 7.2.9 Deverá ter consumo máximo de acordo com 802.3af classe 1;
- 7.2.10 Suportar criptografia de mídia e sinalização;
- 7.2.11 Deverá ser fornecido com fonte de alimentação 110/220 V.

8. Instalação e Programação

8.1 A Central deverá ser instalada em Rack apropriado para o equipamento. Todos os materiais necessários à conexão da Central à rede de dados e voz da PGDF deverão ser fornecidos pela CONTRATADA (por exemplo: patch panels e patch cords);

8.2 A instalação refere-se à montagem do sistema completo (isto é, montagem de todos os equipamentos/softwarees especificados neste Termo de Referência, tais como acomodação da Central no Rack, instalação e programação de todos os ramais e telefones digitais e analógicos nos diversos ambientes da CONTRATANTE); e

8.3 A instalação dos equipamentos deverá observar as exigências da concessionária de telefonia fixa que presta serviços à CONTRATANTE. Só será considerada completa e satisfatória se todos os elementos (por exemplo: ramais, telefones, central e bateria) estiveram completamente instalados e programados.

9. Características Mínimas do Sistema de falta de energia - No-break

Deverá estar dimensionada para garantir o funcionamento da Central por no mínimo 1 (uma) hora, no caso de falta de energia elétrica, e com opção de instalação de bateria externa para maior autonomia do equipamento.

10. Garantia dos Equipamentos

10.1 A garantia contra defeito de fabricação, instalação e programação serão de no mínimo **12 (doze) meses** a contar da data de emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**, durante os quais caberá a CONTRATADA manter em perfeito estado de uso, bem como reparar ou substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, quaisquer equipamentos e peças que acusem defeito de fabricação, instalação e programação;

10.2 Durante o período de garantia todas as atividades de programação, instalação e reinstalação de ramais ou da própria Central serão de obrigação da CONTRATADA, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;

10.3 As atividades de atendimento à garantia poderão ser realizadas remotamente, através de software específico da CONTRATADA ou de forma presencial;

10.4 Para as atividades de atendimento presencial caberá a CONTRATADA enviar ao edifício sede da CONTRATANTE número de técnicos, ao seu julgamento, para o fiel cumprimento dos níveis de serviço exigidos neste Termo de Referência;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



10.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone para contato que deverá estar disponível 12 (doze) horas por dia, das 07 h as 19 h, e 5 (cinco) dias por semana, de segunda a sexta;

10.6 As interações com os profissionais da CONTRATANTE ou com outros prestadores de serviços, necessárias à execução da garantia ocorrerão em Brasília, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento dos profissionais envolvidos na prestação da garantia quando necessário; e

10.7 Os atendimentos, referentes à garantia, a serem realizados nas dependências da CONTRATANTE observarão o horário de expediente da PGDF, das 08h às 19 h, de segunda a sexta-feira. Excepcionalmente, poderá ser solicitada, previamente e sempre por escrito, a realização de atividades fora desse horário, tanto em dias úteis, após as 19 h, quanto aos sábados, domingos e feriados.

11 - Indicadores de Nível de Atendimento da Garantia

11.1 Os níveis de atendimento referem-se ao prazo de atendimento (PA) e ao tempo para reparo (TR), sendo considerados na execução do contrato 3 (três) níveis a saber:

11.2 Urgente: refere-se às panes na central que afetam mais de 30% (trinta por cento) dos usuários ou defeito em placa de entroncamento. Considera-se também urgente quando a pane afetar os ramais instalados nos gabinetes da Procuradoria Geral do Distrito Federal;

11.3 Semi-urgente: refere-se às panes na Central que afetem de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) dos usuários; e

11.4 Normal: refere-se às panes na Central que afetem menos de 5% (cinco por cento) dos usuários.

11.5. Tabela de Indicadores de Qualidade e Penalidades

Níveis	Prazos para solução em horas corridas	Penalidade
Urgente	4 (quatro) horas, contadas a partir do chamado	Multa de 1% (um por cento) do valor do contrato acrescidos de 0,1% (zero vírgula um por cento) por hora subsequente até a solução completa do problema.
Semi-urgente	6 (seis) horas, contadas a partir do chamado	Multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) do valor do contrato, acrescidos de 0,1% (zero vírgula um por cento) por hora subsequente até a solução completa do problema.
Normal	8 (oito) horas, contadas a partir do chamado	Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) do valor do contrato, acrescidos de 0,1% (zero vírgula um por cento) por hora subsequente até a solução completa do problema.

12. DAS QUALIFICAÇÕES DO FORNECEDOR

12.1 Requisitos Técnicos

12.1.1 Possuir atestado de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de equipamentos com características semelhantes às desta licitação;

12.1.2 **Termo de Vistoria:** O licitante deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”
Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF
Telefone: (0XX)-61-3342-1086.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



informações e das condições locais para o cumprimento do objeto da licitação;

12.1.3 Comprovação da licitante de possuir em seu quadro profissional, na data prevista para abertura da sessão pública, profissional de nível superior Engenheiro Elétrico ou técnico de nível médio em eletrônica ou telecomunicações, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) de sua jurisdição, que deverá ser o Responsável Técnico pela instalação e programação da central telefônica. A comprovação do vínculo do profissional com a licitante poderá ser por meio de contrato de trabalho ou carteira de trabalho (CTPS) ou GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) ou Certidão de Registro da licitante junto ao CREA e no caso de proprietário ou sócio da empresa, o registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.

12.1.4 Certificado de Homologação da Central Telefônica ofertada, expedido pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, de acordo com a Resolução 242/2000.

13. DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS

13.1 A tramitação de documentos entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA, tais como Nota Fiscal/Fatura, entre outros, deverá ocorrer somente através de Ofício específico, emitido em números e vias suficientes para as partes envolvidas.

13.2 Nota de Empenho:

13.2.1 Após a assinatura do contrato será emitida, pela CONTRATANTE, N.E., referente à solicitação de entrega dos equipamentos adquiridos; e

13.2.2 A partir da emissão da N.E., a CONTRATADA deverá proceder a entrega dos equipamentos e iniciar os procedimentos de instalação, de acordo com o prazo estabelecido no item **3 (três)** deste documento.

14. Termo de Recebimento Provisório

A CONTRATANTE emitirá **Termo de Recebimento Provisório** por ocasião da entrega dos equipamentos pela CONTRATADA.

15. Termo de Recebimento Definitivo

15.1 A CONTRATANTE emitirá o **Termo de Recebimento Definitivo** somente depois de completada a instalação, com sucesso, de todos os equipamentos e software, referenciados neste Termo de Referência, na rede corporativa da PGDF, de acordo com os prazos estabelecidos no item **3 (três)** deste documento; e

15.2 Estando os equipamentos fornecidos em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá providenciar a troca no prazo de 4 (quatro) dias da comunicação pela CONTRATANTE.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 Efetuar **02 (dois) workshops/treinamento** para os usuários, das principais funcionalidades da solução, baseando-se em cronograma de execução a ser enviado pela contratada, bem como o manual do **treinamento, em até 15 (quinze)** dias após a implantação, nas instalações da PGDF, com no mínimo 4 horas de duração, sem custos adicionais ao contrato;

16.2 Programar a numeração de ramais adequando-os à **portabilidade**;

16.3 **Elaborar cronograma**, no qual constarão todos os passos e procedimentos de instalação de modo que a transição ocorra de forma transparente para o usuário e fora do horário de expediente;

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”
Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF
Telefone: (0XX)-61-3342-1086.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



16.4 Estar preparada para fornecer, instalar e programar conforme os prazos estabelecidos no item **3 (três)**, deste Termo de Referência;

16.5 Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir à suas expensas, no todo ou em parte, equipamentos e atendimentos efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos e incorreções;

16.6 Obedecer rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança trabalhistas no ambiente da CONTRATANTE;

16.7 Arcar com todas as despesas destinadas à cobertura dos tributos resultantes da execução do Contrato, ficando estabelecido que seus empregados não terão nenhum vínculo trabalhista com a CONTRATANTE e que sua inadimplência, com referência a quaisquer encargos, não poderá ser transferida à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato; e

16.8 A CONTRATADA deverá disponibilizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a partir da assinatura do contrato, encarregado para gerenciamento deste e a ele competirá:

16.8.1 Estabelecer, junto ao representante da CONTRATANTE, os detalhes operacionais dos termos e condições para instalação dos equipamentos e realização dos serviços;

16.8.2 Gerenciar e supervisionar os aspectos administrativos da execução do objeto contratado (encaminhamento de faturas, e relatórios de atividade), franqueando ao Gestor da CONTRATANTE, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização do serviço efetivamente executado;

16.8.3 Tratar com a CONTRATANTE sobre questões relevantes à execução do contrato e providenciar a regularização de falhas ou defeitos observados;

16.8.4 Encaminhar, à CONTRATANTE, Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados, acompanhada dos comprovantes de regularidade fiscal necessários ao processamento do pagamento;

16.8.5 Providenciar a entrega de documentação, relatórios técnicos e manuais operacionais, referentes aos serviços concluídos; e

16.8.6 A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **poderá subcontratar os serviços de instalação da central telefônica.**

17. Do Sigilo das Informações

17.1 Todas as informações obtidas ou extraídas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer divulgação a terceiros, devendo a CONTRATADA zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados, pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados;

17.2 A CONTRATADA responderá solidariamente com seus agentes empregados, prepostos, ou subcontratados, no caso de violação do compromisso de confidencialidade ora assumido, sujeitando-se a arcar com indenização por perdas e danos patrimoniais e morais e/ou lucros cessantes decorrentes da quebra do sigilo, salvo se ficar comprovado que a divulgação ocorreu por motivo de caso fortuito ou força maior, obrigação legal ou inexistência de culpa ou dolo;

17.3 O acesso à Informação Confidencial será restrito ao profissional alocado para a execução do objeto contratado;



17.4 A CONTRATADA deverá restituir imediatamente à CONTRATANTE, quando do término do contrato ou quando for solicitada, qualquer informação confidencial da CONTRATANTE. Em caso de perda de quaisquer informações confidenciais do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá notificar por escrito a CONTRATANTE, imediatamente; e

17.5 A não observância do disposto sobre Confidencialidade torna a PARTE infratora sujeita às penalidades cabíveis previstas em lei.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1 Competirá à CONTRATANTE:

18.2 Transmitir formalmente à CONTRATADA, previamente à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, todas as informações necessárias à realização dos trabalhos;

18.3 Designar comissão de recebimento da PGDF, para receber/dar aceite aos equipamentos fornecidos;

18.4. Designar o executor de contrato para autorizar, aprovar e medir a eficiência da execução do Contrato;

18.5 Disponibilizar o local para execução dos serviços, quando estes forem executados em suas instalações;

18.6 Autorizar, quando necessário o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas instalações para execução dos serviços referentes à garantia;

18.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

18.8 Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ou irregularidades observadas no cumprimento deste Instrumento, inclusive e especialmente as não-conformidades constatadas na avaliação dos atendimentos prestados e consignados no Indicador de Nível de Atendimento do Serviço, a que se refere o **item 11** deste Termo de Referência; e

18.9 Notificar a CONTRATADA sobre a aplicação de penalidades, assegurada à prévia defesa.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

19.1 Aprovar a execução do fornecimento efetuado;

19.2 Medir a eficiência dos atendimentos prestados e informar possíveis divergências;

19.3 Zelar pelo efetivo cumprimento do padrão de qualidade dos técnicos da CONTRATADA durante a execução do contrato;

19.4 Notificar, o mais cedo possível, todos os desvios de normalidade na execução do contrato;

19.5 Indicar a necessidade de apenação, quando houver descumprimento contratual ou prejuízos quaisquer de responsabilidade da CONTRATADA; e

19.6. Aferir o desempenho da central telefônica a ser fornecida com as seguintes ferramentas:

Planilha de ocorrências	Registra a regularidade do funcionamento
Software de tarifação	Registra uso efetivo do equipamento por usuário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



20. Classificação Orçamentária:

- a) Natureza da Despesa: 44.90.52
- b) Programa de Trabalho: 04.122.0127.2831.-0001
- c) Unidade Gestora 120901- Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal
- d) Fontes: 10 e 120



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



ANEXO II

**MODELO DECLARAÇÃO
DE QUE NÃO EMPREGAR MENOR**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e Data

[Nome do Representante Legal da Empresa]
Cargo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



ANEXO III

M O D E L O

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005, adotado no âmbito do DF por meio do Decreto nº 25.966, de 23/06/2005.

Brasília-DF, ____ de _____ de _____.

Representante Legal
Cargo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



ANEXO IV

M O D E L O

DECLARAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE EM CONDIÇÕES DE USUFRUIR O TRATAMENTO FAVORECIDO PREVISTO NA LC Nº 123/2006.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte e que está apta a usufruir do tratamento favorecido, nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do referido artigo.

Brasília-DF, _____ de _____ de _____.

Representante Legal
Cargo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



**ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO**

Contrato para Aquisição de Bens pelo Distrito Federal nº
____/____-____,
Nos termos do Padrão nº 07/2002.

Processo nº _____.

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da Procuradora-Geral do Distrito Federal, representado por _____, na qualidade de _____, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e _____, doravante denominada Contratada, CGC nº _____, com sede em _____, representada por _____, na qualidade de _____.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de _____ nº _____ (fls. _____), da Proposta de fls. _____ e da Lei n.º 10.520/2002, Decreto Federal n.º 5.450/2005, Decretos Distritais nº 25.966/2005, nº 26.851/2006, e, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666/1993 e alterações subsequentes, além de outras normas aplicáveis à espécie.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a aquisição e instalação de uma central telefônica PABX-IP, devidamente programada, em conformidade com as especificações e condições constantes do termo de referência de que trata o anexo I do edital, consoante especifica o Edital de _____ nº _____ (fls. _____) e a Proposta de fls. _____, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma de Fornecimento

A entrega do objeto processar-se-á de forma integral em **até 30 dias corridos**, a contar **do recebimento da respectiva Nota de Empenho**, conforme especificação contida no Edital de _____ nº _____ (fls. _____) e na Proposta de fls. _____, facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas no § 1º, art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 - O valor total do Contrato é de _____ (_____), devendo a importância de _____ (_____) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº _____, de _____, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

5.2. O valor do contrato será fixo e irrevogável.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

- 6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
I – Unidade Orçamentária: 120901-Fundo da Procuradoria-Geral do DF
II – Programa de Trabalho:04.122.0127.2831.0001
III – Natureza da Despesa:44.90.52
IV – Fonte de Recursos:100/120

6.2 – O empenho inicial é de _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, sob o evento nº _____, na modalidade _____.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

7.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até _____(_____) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

- 7.2.1. Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Decreto Federal nº 6.106/2007);**

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”
Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF
Telefone: (0XX)-61-3342-1086.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



- 7.2.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
7.2.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência desde a sua assinatura até ____ .

Cláusula Nona – Da garantia

A garantia ou assistência técnica do bem está especificada em Termo de Garantia, anexo a este Contrato.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5. Cumprir todas as especificações, prazo de entrega, obrigações e cláusulas estabelecidas no edital e Termo de Referência anexo.

11.6. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado;

11.7. Substituir o material/equipamento, a juízo da comissão de recebimento, que não for considerado de acordo com a especificação solicitada no edital e contida na proposta ou apresentar qualquer defeito, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.

11.8. Comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa (**inciso III do art. 3º do Decreto Federal nº 7.174/2010 que foi recepcionado pelo Decreto Distrital 32.218/2010.**

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração de valor contratual decorrente de compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento. Não haverá alteração decorrente de reajuste do preço, uma vez que, conforme previsto no Edital, o valor será fixo e irrevogável.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada as sanções previstas no Edital consoante disciplina Decreto nº 26.851/2006, a seguir transcritas, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

13.1 - Das Espécies

13.1.1. A contratada que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, fica sujeita às **sanções** estabelecidas no Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006, a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



seguir relacionadas, com exceção das obrigações concernentes a garantia do equipamento (central telefônica), que exigem penalidades específicas, e neste caso, serão aplicadas as sanções previstas na Tabela contida **no item 11.5 do Termo de Referência**, com fundamento na ressalva prevista no art. 12 do Decreto nº 26.851/2006:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.1.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.2. Da Advertência

13.2.1.A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido pelo ordenador de despesas desta PGDF:

I - quando ocorrer o descumprimento da obrigação no âmbito do procedimento licitatório; e

II - se ocorrer o descumprimento da obrigação na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.3. Da Multa

13.3.1.A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas desta PGDF, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho,

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”
Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF
Telefone: (0XX)-61-3342-1086.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



calculado sobre a parte inadimplente; e

V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.3.2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3o do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, quando for o caso;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.3.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.3.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.3.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.3.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 13.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

13.3.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.3.1.

13.3.8. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 13.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.4. Da Suspensão

13.4.1. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração e será imposta pelo ordenador de despesas desta PGDF, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”
Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF
Telefone: (0XX)-61-3342-1086.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.4.2. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.4.3. O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.5. Da Declaração de Inidoneidade

13.5.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.5.2. A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.5.3. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6 - Das Demais Penalidades

13.6.1 - As sanções previstas nos subitens 13.4 e 13.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.7 - Do Direito de Defesa

13.7.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.7.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.7.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.7.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.7.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.comprasnet.gov.br.

13.7.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



com fundamento nos subitens 13.2 e 13.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8 - Do Assentamento em Registros

13.8.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.8.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.9 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.9.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.10 – Disposição Complementar

13.10.1 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão Amigável

O Contrato poderá ser rescindido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Do Executor

O Distrito Federal, por meio de _____, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Nona – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília, ____ de _____ de 20__

Pelo Distrito Federal:

Pela Contratada:

ANEXO VI

MODELO DO TERMO DE GARANTIA

Pelo presente instrumento, tendo de um lado o Distrito Federal, por meio da Procuradora-Geral do Distrito Federal, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a _____, inscrita no CGC/MF sob n.º _____, com sede na _____ representada por _____,

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”

Procuradoria-Geral do Distrito Federal

Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF

Telefone: (0XX)-61-3342-1086.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



doravante designada CONTRATADA, decorrente do Procedimento Licitatório, Pregão n.º 03/2011-PGDF, é celebrado o presente TERMO DE GARANTIA/CONTRATO DE GARANTIA parte integrante do Contrato, nos seguintes termos e condições:

1. OBJETO

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Item único

Aquisição e instalação de uma central telefônica PABX-IP, com Sistema de Comunicação Unificada, equipada com Portas para ramais Analógicos, ramais IPs, Aparelhos Telefônicos IPs, Troncos Analógicos, Digitais e IPs, Software para Bilhetagem/Tarifação, Sistema de Falta de Energia, Distribuidor Geral de Linhas, Licença para Softphone e material de instalação (incluindo rack 19”), com garantia mínima de 12 (doze) meses, em conformidade com as especificações e condições constantes do termo de referência de que trata o anexo I deste edital.

2. GARANTIA DE QUALIDADE

2.1. Substituir o equipamento, a juízo da Comissão designada para o recebimento, que não for considerado de acordo com a especificação solicitada no edital e contida na proposta ou apresentar qualquer defeito, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A garantia contra defeito de fabricação, instalação e programação serão de no mínimo **12 (doze) meses** a contar da data de emissão do **Termo de Recebimento Definitivo, (ou outro superior que possa constar da proposta da licitante vencedora)** durante os quais caberá a CONTRATADA manter em perfeito estado de uso e funcionamento, bem como reparar ou substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, quaisquer equipamentos e peças que acusem defeito de fabricação, instalação e programação, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas;

3.2 Durante o período de garantia todas as atividades de programação, instalação e reinstalação de ramais ou da própria Central serão de obrigação da CONTRATADA, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;

3.3 As atividades de atendimento à garantia poderão ser realizadas remotamente, através de software específico da CONTRATADA ou de forma presencial;

3.4 Para as atividades de atendimento presencial caberá a CONTRATADA enviar ao edifício sede da CONTRATANTE número de técnicos, ao seu julgamento, para o fiel cumprimento dos níveis de serviço exigidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital;

3.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone para contato que deverá estar disponível 12 (doze) horas por dia, das 07 h as 19 h, e 5 (cinco) dias por semana, de segunda a sexta;

3.6 As interações com os profissionais da CONTRATANTE ou com outros prestadores de serviços, necessárias à execução da garantia ocorrerão em Brasília, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento dos profissionais envolvidos na prestação da garantia quando necessário; e

3.7 Os atendimentos, referentes à garantia, a serem realizados nas dependências da CONTRATANTE observarão o horário de expediente da PGDF, das 08h às 19 h, de segunda a sexta-feira. Excepcionalmente, poderá ser

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”
Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF
Telefone: (0XX)-61-3342-1086.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



solicitada, previamente e sempre por escrito, a realização de atividades fora desse horário, tanto em dias úteis, após as 19 h, quanto aos sábados, domingos e feriados.

3.8. A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos, perdas ou avarias a que der causa, por si e/ou por seus empregados, em instalações e/ou pertences da CONTRATANTE ou de terceiros, seja por imprudência, negligência ou imperícia, respondendo pelo ressarcimento dos prejuízos apurados.

4 – INDICADORES DE NÍVEL DE ATENDIMENTO DA GARANTIA

4.1 Os níveis de atendimento referem-se ao prazo de atendimento (PA) e ao tempo para reparo (TR), sendo considerados na execução do contrato 3 (três) níveis a saber:

4.2 Urgente: refere-se às panes na central que afetam mais de 30% (trinta por cento) dos usuários ou defeito em placa de entroncamento. Considera-se também urgente quando a pane afetar os ramais instalados nos gabinetes da Procuradoria Geral do Distrito Federal;

4.3 Semi-urgente: refere-se às panes na Central que afetem de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) dos usuários; e

4.4 Normal: refere-se às panes na Central que afetem menos de 5% (cinco por cento) dos usuários.

Tabela de Indicadores de Qualidade e Penalidades

Níveis	Prazos para solução em horas corridas	Penalidades previstas de acordo com a ressalva contida no art. 12 do Dec. 26.851/2006.
Urgente	4 (quatro) horas, contadas a partir do chamado	Multa de 1% (um por cento) do valor do contrato acrescidos de 0,1% (zero vírgula um por cento) por hora subsequente até a solução completa do problema.
Semi-urgente	6 (seis) horas, contadas a partir do chamado	Multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) do valor do contrato, acrescidos de 0,1% (zero vírgula um por cento) por hora subsequente até a solução completa do problema.
Normal	8 (oito) horas, contadas a partir do chamado	Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) do valor do contrato, acrescidos de 0,1% (zero vírgula um por cento) por hora subsequente até a solução completa do problema.

5. VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do presente Termo de Garantia é de xxx (xxx) **(Obs.: deverá constar o prazo ofertado na proposta apresentada na licitação pela contratada, prazo este que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses**, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

6. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

6.1. A CONTRATANTE igualmente se obriga a não proceder quaisquer modificações, substituições, adições ou consertos nos equipamentos, por sua própria conta ou por terceiros estranhos a esta contratação, durante o período da garantia.

6.2 Disponibilizar o local para execução dos serviços, quando estes forem executados em suas instalações;

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”
Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Setor de Administração Municipal – SAM – Projeção “I”, Brasília – DF
Telefone: (0XX)-61-3342-1086.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL



- 6.3. Autorizar, quando necessário o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas instalações para execução dos serviços referentes à garantia;
- 6.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 6.5. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ou irregularidades observadas no cumprimento deste Instrumento, inclusive e especialmente as não conformidades constatadas na avaliação dos atendimentos prestados e consignados no Indicador de Nível de Atendimento do Serviço, a que se refere o **item 4** deste Termo de Garantia; e
- 6.6. Notificar a CONTRATADA sobre a aplicação de penalidades, assegurada à prévia defesa.

Brasília, ** de ***** de xx**

TESTEMUNHAS

1. _____

2. _____